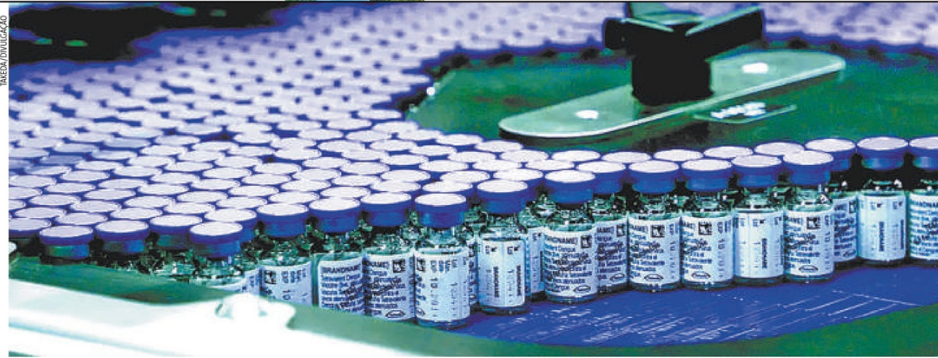


Minas fica fora da 1ª remessa de vacinas



HÁ 712 MIL DOSES DE IMUNIZANTE CONTRA A DENGUE NO ENVIO EMERGENCIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APESAR DE TER 22 CIDADES INCLuíDAS NA LISTA PARA RECEBER INSUMOS, MG NÃO ESTÁ CONTEMPLADA

DENGUE

MINAS FORA DA REMESSA INICIAL DE VACINAS

Primeiro lote atenderá Goiás, Bahia, Acre, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Amazonas, São Paulo, Maranhão e DF

ISABELA BERNARDES

Minas Gerais deve receber as doses de vacina contra a dengue até 15 de março. Embora não esteja na primeira remessa enviada pelo Ministério da Saúde (MS) ontem, a pasta informou que os estados que ainda não foram contemplados receberão as doses no próximo mês. Em nota, o MS afirma que há 712 mil doses neste envio emergencial, o que atende 60% dos 521 municípios selecionados. "A previsão é que todos recebam doses para a vacinação da faixa etária de 10 a 11 anos até a primeira quinzena de março", afirmam.

Minas Gerais, apesar de ter 22 cidades incluídas na lista para receber os imunizantes e um número superior a 150 mil casos prováveis (dados da Secretaria de Estado de Saúde-MG), não figurou entre as unidades federativas contempladas pela equipe da ministra Nísia Andrade (MS). O primeiro lote da Dengua, enviado pela

farmacêutica Takeda, atenderá 315 municípios em Goiás, na Bahia, no Acre, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Mato Grosso do Sul, no Amazonas, em São Paulo, no Maranhão e no Distrito Federal. A ordem de prioridades, segundo o Ministério da Saúde, é o índice de hospitalização por dengue (dentro de cada faixa etária e região). Entretanto, cabe ressaltar, Minas passou a ser o segundo estado em incidência e aquele com o maior número absoluto de casos.

CIDADE COM MENOS DE 5 MIL HABITANTES VAI RECEBER VACINA CONTRA DENGUE

Um pequeno município do Vale do Aço, em Minas Gerais, chamado Pingo-d'Água, tem cerca de 5 mil habitantes e foi selecionado para receber a vacina contra a dengue, ao chegar "a vez" de Minas Gerais. O motivo: a sua localização. Ele está inserido na microrregião de saúde de Coronel Fabriciano/Timóteo, que registrou surto da doença no ano passado e no início de 2024.

Segundo a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), entre os critérios para escolher as cidades, estão a predominância do sorotipo DENV-2 e maior número de casos no monitoramento entre a 27ª semana epidemiológica de 2023 e a 2ª semana epidemiológica de 2024. Ambos os parâmetros são preenchidos pela região de saúde de Coronel Fabriciano, que tem oito cidades: Antônio Dias, Coronel Fabriciano, Timóteo, Côrego Novo, Dionísio, Jaguarapu, Marliéria e Pingo-d'Água.

SURTO DE DENGUE

Somados, os oito municípios têm 217.646 habitantes, segundo o censo IBGE 2022, e todos registram uma taxa de incidência de dengue entre média e muito alta. Esse índice é determinado pelo número de casos prováveis em cada cidade em relação à sua população. Em Minas Gerais, a SES adotou uma classificação para a incidência que varia de silenciosa a muito alta.

MEDICAMENTOS FALSOS PREOCUPAM AUTORIDADE

O uso de substâncias e remédios não autorizados – ou sem comprovação científica – para o tratamento de doenças pode provocar danos à saúde e piorar o estado de pessoas doentes, além de gerar a possibilidade de interações medicamentosas, quando os efeitos de uma substância ou fármaco são alterados por outra substância. É o que afirma a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG).

De acordo com os dados de incidência das arboviroses (dengue, zika e chikungunya) no estado, que estão disponíveis para consulta no Painel Arboviroses - Vigilância Epidemiológica, já há mais de 50 mil casos confirmados de dengue no estado em 2024 e 12 mortes.

Nos 35 municípios da Superintendência Regional de Saúde (SRS) de Coronel Fabriciano, região do Vale do Rio Doce, havia 6.210 casos prováveis de dengue registrados até terça (6/2), com 2.197 casos confirmados, nenhum óbito confirmado e oito em investigação para a doença.

Nesta região, a SES-MG constatou o uso de uma "cápsula milagrosa" para alívio dos sintomas por parte da população. "Diante da alta incidência dessa arbovirose, muitos pacientes acabam recorrendo a atalhos para o tratamento, alheios aos riscos de que remédios sem qualquer registro oficial junto aos órgãos reguladores podem provocar danos à saúde", afirma.

De acordo com a SES-MG, estes medicamentos são ineficientes, já que não existem supervisão médica e podem ter sido produzidos sem as condições de higiene adequadas, sem qualquer fiscalização farmacológica e ter contaminantes capazes de piorar o quadro de quem usou. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais Pagina: 22